

21-⁴⁹ MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Apresentei à Câmara dos Deputados um projeto, que, retirando das mãos dos particulares a exploração das loterias, a entrega a entidades autárquicas, com o fim de lhes aplicar todos os lucros à assistência social. Procurando elementos para a elaboração do projeto, tomei conhecimento do jogo das "quinelas", que no Uruguai se explora legalmente ao lado da loteria e, como o Loto italiano, corresponde mais ou menos ao nosso famigerado "jogo do bicho".

Que este seja um flagelo, ninguém duvida. Todo jogo o é, e tanto maior, quanto mais popular. Mas é inextirpável. Se há coisa que possa recomendar o atual governo, esta é a posição de combate que tomou em relação ao jogo. Que conseguiu ele, porém, até agora, quanto ao "jogo do bicho"? Nada. Joga-se, sendo abertamente, pelo menos universalmente na própria capital da República, nas barbas mesmas do governo. Joga-se todos os dias, sendo várias vezes por dia, e o dinheiro que sai da bolsa do povo vai parar integralmente na bolsa dos banqueiros.

Esta é a situação de fato, e que não há esperança de modificar: joga-se o "bicho", como se joga a loteria. O ideal seria que não houvesse nem bicho, nem loteria. Mas havendo-os e não os podendo deixar de haver, por ser muito forte na alma humana o desejo de tentar a sorte, o razoável é tirar do mal inexcusável o máximo de benefício social, é transformar o jogo inevitável (só a este me refiro) numa espécie de imposto voluntário.

Este é o pensamento do meu projeto relativo à loteria; é também o da emenda que pretendo apresentar quanto ao "jogo do bicho". Isto entenderam quase todos, pois tenho recebido numerosas manifestações de aplauso, mas não entenderam alguns, que na projetada emenda vêem uma como proteção ou estímulo ao jogo. Para os tranquilizar direi que tenho verdadeira aversão ao jogo, nunca arrisquei um palpite, não jogo sequer a bisca ou o sete-e-meio. O ideal seria, para mim, a erradicação do vício. Mas sendo isto impossível, procuro fazer que o jogo tenha uma utilidade social e, sobretudo, procuro evitar que seja, como é o "bicho" clandestino, um tremendo fator de corrupção policial.